

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 30 de junho de 2018, os passivos totais atingiram R\$1.512 milhões. Desse montante, destacamos R\$1.149 milhões (30/06/2017 - R\$302 milhões) que são representados por depósitos interfinanceiros e R\$198 milhões (30/06/2017 - R\$189 milhões) por provisões fiscais, registradas na rubrica de outras obrigações diversas.

## Outras Informações

A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/6/2018	30/6/2017	Nota	30/6/2018	30/6/2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>3.108.211</b>	<b>2.155.860</b>		<b>1.313.948</b>	<b>342.253</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>226.295</b>	<b>169.286</b>		<b>1.149.229</b>	<b>302.562</b>
Aplicações no Mercado Aberto	4&13.c	226.295	68.432	13.c	1.149.229	302.562
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.c	-	100.854		<b>164.719</b>	<b>39.691</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>2.751.129</b>	<b>1.972.660</b>	<b>12.b &amp; 13.c</b>	<b>163.721</b>	<b>-</b>
Carteira Própria		2.748.150	1.969.887	9	847	37.959
Vinculados à Prestação de Garantias		2.979	2.773	10 & 11.b	151	2.096
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>-</b>			
Créditos Vinculados:						
Depósitos no Banco Central		10	11			
<b>Outros Créditos</b>	<b>13.c</b>	<b>130.775</b>	<b>13.900</b>		<b>197.907</b>	<b>187.921</b>
Rendas a Receber		67.976	-		<b>197.907</b>	<b>187.921</b>
Créditos Tributários	6	40.495	4.154	9	100	92
Diversos	7	22.304	9.746	10 & 11.b	197.807	187.829
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>			
Despesas Antecipadas		3	3			
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>6</b>	<b>316.723</b>	<b>300.292</b>		<b>2.787.689</b>	<b>2.787.689</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>6</b>	<b>316.723</b>	<b>300.292</b>		<b>328.645</b>	<b>386.326</b>
Créditos Tributários		64.981	58.534		16.828	15.509
Diversos	7	251.742	241.758			
<b>Permanente</b>	<b>1.220.083</b>	<b>1.263.546</b>	<b>1.263.546</b>			
<b>Investimentos</b>	<b>1.220.083</b>	<b>1.263.546</b>	<b>1.263.546</b>			
Participações em Coligadas:						
No País	8	1.220.082	1.263.545			
Outros Investimentos		-	1			
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.645.017</b>	<b>3.719.699</b>	<b>3.719.699</b>	<b>4.645.017</b>	<b>3.719.699</b>	<b>3.719.699</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>2.787.689</b>	<b>153.142</b>	<b>136.031</b>	<b>(29)</b>	<b>9.388</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	172	5.978	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	97.153
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	4.858	-	-	(4.858)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	46.148	-	(46.148)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	46.147	-	(46.147)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>2.787.689</b>	<b>158.000</b>	<b>228.326</b>	<b>143</b>	<b>15.366</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>2.787.689</b>	<b>164.945</b>	<b>220.282</b>	<b>127</b>	<b>19.435</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	27	(2.761)	-
Juros sobre o Capital Próprio com base nas Reservas Estatutárias	12.b	-	-	(192.613)	-	-	(192.613)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	136.031
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	6.802	-	-	(6.802)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	64.615	-	-	(64.615)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	64.615	-	-	(64.615)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>2.787.689</b>	<b>300.976</b>	<b>27.669</b>	<b>154</b>	<b>16.674</b>	<b>-</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2018, na reunião realizada em 23 de agosto de 2018.

**3. Principais Práticas Contábeis****a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original ou inferior a noventa dias.

**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

**f) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- i) - títulos para negociação;
  - ii) - títulos disponíveis para venda; e
  - iii) - títulos mantidos até o vencimento
- Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

**g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros**

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
  - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
  - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.
- Os ajustes em virtude desta Resolução, o Bandepe passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da credibilidade e ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

**h) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**h.1) Investimentos**

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

**i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de transições em julgado favoráveis ao Bandepe, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

**j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

**k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro. O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% quando as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

**l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

**m) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	30/6/2018	31/12/2017	30/6/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto	226.295	61.436	68.432	740
<b>Total</b>	<b>226.295</b>	<b>61.436</b>	<b>68.432</b>	<b>740</b>

**5. Títulos e Valores Mobiliários****I) Resumo da Carteira por Categorias**

	30/6/2018	30/6/2017
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>13.670</b>	<b>(2)</b>
<b>Ajuste a Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>
<b>Valor Contábil</b>	<b>-</b>	<b>13.668</b>
<b>Valor Contábil</b>	<b>13.670</b>	<b>12.724</b>

**II) Abertura por Vencimento**

	Sem Vencimento	Acima de 3 Anos	Total	Total
<b>Títulos Disponíveis para Negociação</b>	<b>-</b>	<b>13.668</b>	<b>13.668</b>	<b>12.724</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>13.668</b>	<b>13.668</b>	<b>12.724</b>
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>2.737.461</b>	<b>-</b>	<b>2.737.461</b>	<b>1.959.935</b>
<b>Fundo Multimercado</b>	<b>2.677.938</b>	<b>-</b>	<b>2.677.938</b>	<b>1.893.439</b>
<b>Fundo Imobiliário</b>	<b>59.523</b>	<b>-</b>	<b>59.523</b>	<b>66.496</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante</b>	<b>2.750.864</b>	<b>(2)</b>	<b>2.67</b>	<b>2.751.129</b>
<b>Total</b>	<b>2.737.461</b>	<b>13.668</b>	<b>2.751.129</b>	<b>1.972.660</b>

(1) As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo multimercado destinam seus recursos substancialmente em letras financeiras, cotas de fundo cambial e ações.

(2) As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo imobiliário destinam seus recursos substancialmente em imóveis para renda.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente. Em 30 de junho de 2018, o Bandepe não apresentou operações com derivativos.

**6. Créditos Tributários****a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/6/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	63.166	1.546	(39)	64.673
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação	1	3	(4)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda (1)	-	1	-	1
Outras Provisões Temporárias	579	40.223	-	40.802
<b>Saldo dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>63.746</b>	<b>41.773</b>	<b>(43)</b>	<b>105.476</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>289</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.495</b>
<b>Total</b>	<b>63.457</b>	<b>41.773</b>	<b>(43)</b>	<b>64.981</b>

Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais

Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação

Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda (1)

Outras Provisões Temporárias

**Saldo dos Créditos Tributários Circulante**

**Longo Prazo**

**Total**

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Bandepe não possui créditos tributários não ativados.

**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

	30/6/2018
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>30/6/2018</b>
<b>IRPJ</b>	<b>22.422</b>
<b>CSLL</b>	<b>17.919</b>
<b>Total</b>	<b>40.341</b>
<b>IRPJ</b>	<b>192</b>
<b>CSLL</b>	<b>115</b>
<b>Total</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Aplicações no Mercado Aberto <sup>(1)</sup>	226.295	68.432	3.126	3.164
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros <sup>(1)</sup>	-	100.854	-	24.604
Dividendos e Bonificações a Receber <sup>(2)</sup>	67.976	-	79.972	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(163.721)	-	(192.613)	-
Depósitos Interfinanceiros	(1.149.229)	(302.562)	(35.535)	(2.562)
Valores a Pagar Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 14)	-	-	(148)	(219)

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2018, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$226.295 (30/06/2017 – R\$68.432). Em 30 de junho de 2017 também são representados por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$100.854.

<sup>(2)</sup> Refere-se a juros sobre o capital próprio recebidos da Santander Leasing.

<sup>(3)</sup> As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

### 14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Doações Entidades Filantrópicas	100	1.070
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	148	219
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	92	691
Serviços do Sistema Financeiro	98	58
Outras	40	39
<b>Total</b>	<b>478</b>	<b>2.077</b>

### 15. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa de Cofins	7.566	4.298
Despesa com Pis	1.230	698
Atualizações de Impostos e Contribuições <sup>(1)</sup>	2.635	4.879
Outras	280	37
<b>Total</b>	<b>11.711</b>	<b>9.912</b>

<sup>(1)</sup> Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

### 16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	4.456	8.184
Atualização de Impostos a Compensar	318	1.743
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 11.b)	97	-
Outras	114	-
<b>Total</b>	<b>4.985</b>	<b>9.927</b>

### 17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 11.b)	-	276
Atualização Monetária	1.002	2.106
Atualização de Impostos	559	1.371
Outras	8	8
<b>Total</b>	<b>1.569</b>	<b>3.761</b>

### 18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>106.715</b>	<b>138.791</b>
Juros sobre o Capital Próprio	(192.613)	-
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>(85.898)</b>	<b>138.791</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente</b>	<b>38.654</b>	<b>(62.456)</b>
Resultado de Participações em Coligadas <sup>(1)</sup>	(11.206)	16.598
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.989	4.085
Ajustes CSLL 5%	(193)	(247)
Demais Ajustes	72	382
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>29.316</b>	<b>(41.638)</b>

<sup>(1)</sup> No resultado de participações em coligadas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos.

### 19. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

## DIRETORIA

**Diretor Presidente**  
Amancio Acúrcio Gouveia

**Diretor Vice-Presidente**  
Antonio Pardo de Santayana Montes

### Diretores Executivos

Ramón Sanchez Díez  
José Roberto Machado Filho

Reginaldo Antonio Ribeiro  
Juan Sebastian Moreno Blanco  
Roberto de Oliveira Campos Neto

### Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2018



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00018/O-5

**Maria José De Mula Cury**  
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Bandepe S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.